



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

ANEXO XIV - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____/20____

CONTRATADA:

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER, sociedade de economia mista, com sede na Rua Melvin Jones, nº 219, São Pedro, na cidade de Boa Vista, Roraima, CEP 69.306-610, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 05.939.467/0001-15, neste ato representada pelo Diretor Presidente, **JAMES DA SILVA SERRADOR**, em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro, **MÁRCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, em _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ (nome e função na empresa), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da **LICITAÇÃO PELO RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO**, na forma, **PRESENCIAL**, sob o nº ____/20____, **mediante** as cláusulas e condições a seguir anunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ROÇAGEM, PODA DE ÁRVORES E LIMPEZA DOS TERRENOS DOS CENTROS DE RESERVAÇÃO E DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E POÇOS E LIMPEZA DOS TERRENOS DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTOS, PERTENCENTES A CAER, BEM COMO LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS**, nas condições estabelecidas no Edital.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

1.2. O objeto da Contratação:

LOTE I - LIMPEZA NOS CENTROS DE RESERVAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - CRD'S:

ITEM	BAIRRO	ENDEREÇO	TIPO/IMÓVEL	ÁREA (M²)	Valor Unitário R\$	Valor Total (Anual) R\$
1	Sen. H. Campos	Rua Caubi Brasil de Magalhães C/S-31	Poço	451,75		
2	Jardim Primavera	Rua Angelita Neiva Goes (antiga N-30), s/nº, lote s/nº, quadra nº 51	Poço	96,17		
3	Laura Moreira	Conjunto Damurida- Rua Cuítegi esquina com Av. Ataíde Teive Conjunto Damurida- Av. Cajueiros	Poço	25,00		
4	Santa Teresa	Feira Santa Tereza- Rua Pirandirá esquina com Rua Tambaqui	Poço	25,00		
5	Santa Teresa	Feira Santa Tereza- Rua Sardinha esquina com rua Mandi	Poço	25,00		
6	Operário	Avenida dos Trabalhadores, esquina com a Rua VIII	Poço	100,00		
7	Centenário	Porto Seguro- Rua II c/rua B	Poço	120,00		
8	Cinturão Verde	Rua Provérbio c/13 de Setembro s/nº	Poço	113,30		
9	Centenário	Rua Engenheiro Carlos Geraldo nº 39- Bairro Centenário	Poço	100,00		
10	Caraná	Caixa d'água Cabos e Soldados 01- Rua Deco Fontelles	Poço	2.406,83		
11	13 de Setembro	Rua Santa Rosa, s/nº	Poço	99,97		
12	São Bento	Rua Gov. Félix Vaóis de Araújo s/nº	Poço	103,26		
13	Aracelis	Rua Alalaú, entre as ruas Maú com Ajarani nº 123	Poço	152,07		
14	Bela Vista	Rua Encontro dos Astros com Estrela Cadente, s/nº	Poço	882,48		



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

15	Profª Aracelis Souto Maior	Av. Rio Mucajaí	Poço	110,28		
16	Nova Cidade	Rua Campo Grande com Porto Velho nº 11	Poço	818,04		
17	Dr. Ayrton Rocha	Rua Pacaraima, Conjunto Pérola do Rio Branco	Poço	171,03		
18	Dr. Ayrton Rocha	Rua Pacaraima, Conjunto Pérola do Rio Branco	Poço	105,77		
19	Dr. Ayrton Rocha	Rua Pacaraima, Conjunto Pérola do Rio Branco	Poço	171,03		
20	Cidade Satélite	Rua Faculdade Atual da Amazônia	Poço	99,97		
21	Cidade Satélite	Rua Saturno com Rua Urano	Poço	97,53		
22	Murilo Teixeira Cidade	Loteamento Boulevard-Rua B, s/nº	Poço	309,41		
23	Murilo Teixeira Cidade	Av. José Alves Cavalcanti/ Lot Satellite City	Poço	173,55		
24	São Bento	Rua Bem te vi, Bairro São Bento	Poço	38,25		
25	Dr. Ayrton Rocha	Av. Boa Vista, Bairro Dr Ayrton Rocha (Conj. Pérola)	Poço	99,85		
26	Dr. Ayrton Rocha	Rua Mucuripe, Bairro Dr Ayrton Rocha (Conj. Pérola)	Poço	90,83		
27	Gov. Aquilino Mota Duarte	Rua Alexandre Barbosa Monteiro, Bairro Jardim das Copaibas (Distrito Industrial)	Poço	97,77		
28	Said Salomão	Rua São Fernando c/ Rua Jurucutu	Poço	571,56		
29	Said Salomão	Av. Caicó, s/nº	Poço	98,30		
30	Pedra Pintada	Rua Cristal, s/nº	Poço	285,22		
31	Monte Cristo	Loteamento Village	Poço	223,25		
32	Caimbé	Av. Mario Homem de Melo com rua Tetê Magalhães	Poço	744,20		
33	Jardim Tropical	Av. Parque Céu Azul	Poço	95,19		
34	Centenário	Rua Izaira Padilha Correa	Poço	86,61		
35	Cidade Satélite	Rua Josemar Saraiva de	Poço	100,00		



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

		Souza, esq. com a Av. D. José Aparecido				
36	Murilo Teixeira Cidade	Loteamento Mangueirinha- Avenida Mangueirinha	Poço	100,00		
37	Nova Esperança	Rua E	Poço	100,00		
38	Caburái	Caburái 1	Poço	100,00		
39	Caburái	Caburái 2	Poço	100,00		
40	Senador Hélio Campos	Rua HC 4	Poço	100,00		
41	Murilo Teixeira Cidade	Rua Antônio Reska- Loteamento Jardim Satélite III	Poço	100,00		
CRD						
42	Pintolândia	Rua Vereador Waldemar Gomes com Av. Laura Pinheiro Maia, nº 1848	Poço	15.008,76		
43	Jardim Equatorial	Rua Jorge Dias Carneiro antiga C-60	CRD Alvorada	9.663,60		
44	Santa Teresa	Av. São Sebastião com Rua Matrinchã	CRD Tancredo Neves	6.994,43		
45	Buritis	Rua João Padeiro, nº 1564/ nº 1407	CRD	4.368,61		
46	Caranã	Rua Joca Farias com Rua Manoel Sabino dos Santos	CRD	4.333,74		
47	São Vicente	Rua Paulo Coelho Pereira nº 398	CRD	16.791,48		
48	Raiar do Sol	Rua das Estrelas, nº 592	CRD	4.072,70		
49	Cidade Satélite	Rua Josemar Batista de Souza, quadra 4	CRD	10.977,69		
50	Cidade Satélite	Rua Josemar Batista de Souza, quadra 722	CRD Vila Jardim	1.918,09		
51	Pedra Pintada	Rua Amestista s/nº	CRD Pedra Pintada	7.546,59		
52	João de Barro	Rua Souza (JB47) s/nº	CRD João de Barro	1.407,65		
CIDADE SANTA CECÍLIA - CANTÁ						
53	Cidade Santa Cecília- Munic. Do Cantá	Av. Luiz Gonzaga s/nº	Poço	547,34		
54	Cidade Santa	Rua Gonzaguinha com	Poço	477,85		



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

	Cecília-Munic. Do Cantá	Carmem Miranda				
55	Cidade Santa Cecília-Munic. Do Cantá	Rua Milton Carlos com Carmem Miranda	Reservatório	795,46		
56	Cidade Santa Cecília-Munic. Do Cantá	Rua Vinicius de Moraes s/nº Lupercinio Rodrigues	Reservatório	619,71		

LOTE II - LIMPEZA DOS TERRENOS DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO (E.E.E.):

ITEM	DENOMINAÇÃO	ENDEREÇO	BAIRRO	ÁREA (m²)	Valor Unitário R\$	Valor Total (Anual) R\$
1	EEE Santa Tereza	Rua das Acácias	Primavera	1.216,10		
2	EEE São Francisco	Rua Agnelo Bitencourt com Cel. Mota, 1445	Centro	1.193,76		
3	EEE São Pedro	Rua Bento Brasil, 196	São Pedro	533,82		
4	EEE Caxangá	Rua Francisco Sampaio Thomas (Av. Bento Coelho, 168)	Calungá	1.030,90		
5	EEE Mirandinha	Rua Casemiro Abreu, 30	Canarinho	1.044,70		
6	EEE Caçari	Avenida Ville Roy, 2589	Caçari	933,21		
7	EEE Paraviana	Rua Aroeira, 287	Paraviana	659,20		
8	EEE Parque Anauá	Av. Brigadeiro Eduardo Gomes	Bairro dos Estados	80		
9	EEE N-15	Rua Benjamin Pereira de Melo	Sílvio Botelho	225,35		
10	EEE Santo Antônio	Rua José Casemiro de Abreu c/ Av. Santo Antônio	Sen. Hélio Campos	163,20		
11	EEE S-14	Av. Bel Monteiro Reis c/ Raimundo Rodrigues Coelho	Pintolândia	285,20		



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

12	EEE N-9	Av. Abel Monteiro Reis c/ Casemiro de Abreu	Pintolândia	55,86		
13	EEE 13 de Setembro	Rua Madre Silvestre	13 de Setembro	190,00		
14	EEE Beiral	Av. Presidente Castelo Branco, 168	Calungá	13,04		
15	EEE Igarapé Grande	Lagoa de Estabilização	Aracelis	11.874,98		
16	EEE Portal do Sol	Rua Provérbio (Trav. Geneses)	Cinturão Verde	2194,0		
17	EEE Tancredo Neves	Rua Francisco Inácio de Souza c/ Rua Alcides Lima	Tancredo Neves	775,75		
18	EEE Caranã	Av. Hitler de Lucena	Caranã	327,80		
19	EEE Cauamé	Rua Itália	Cauamé	333,40		
20	EEE C-46	Rua Francisco Sales Vieira c/ Trav. C-46	Alvorada	71,74		
21	EEE Buritis	Rua José Pinheiro, 155, esquina com Rua Mestre Albano	Liberdade	602,20		
22	EEE Equatorial	Rua Julieta Pereira de Melo c/ Rua S-35	Equatorial	400,00		
23	EEE River Park	Rua Dorora	River Park	344,98		
24	EEE Jardim Floresta	Rua Sócrates Peixoto, 738, esquina com a Rua Antônio Costa Uchôa	Jardim Floresta	230,00		
25	EEE N-6	Rua N-6 C/ Rua S-4	Pintolândia	94,96		
26	EEE N-14	Rua N-14	Pintolândia	397,81		
27	EEE Canaã	Rua Eufrades c/ Rua Noemi	Canaã	225,80		
28	EEE Sol	Av. Sol, 124	Cidade Satélite	10,00		
29	EEE Capela	Rua Capela, 209	Cidade Satélite	176,40		



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

30	EEE Orion	Rua Orion	Cidade Satélite	289,08		
31	EEE Jupiter	Rua Júpiter (Josemar Batista)	Cidade Satélite	145,00		
32	EEE Vila Jardim	Rua Cassiopeia	Cidade Satélite	741,00		
33	EEE Libra	Rua Libra	Cidade Satélite	478,56		
34	EEE Brigadeiro	Rua José Renato Hadad, 02	São Bento	559,46		
35	EEE Jardim Caranã	Rua Lucas de Matos	Caranã	294,84		
36	EEE Caimbé	Rua Lourival Silva c/ Rua João Padilha	Caimbé	503,92		
37	EEE Bela Vista	Av. Brasil (BR-174) com a Rua Rio Tapajos	Bela Vista	480,00		
38	EEE Raiar do Sol	Av. Brasil (BR-174) antes do Viaduto	Raiar do Sol	819,48		
39	EEE Silvio Leite	Rua Expedito Francisco da Silva c/ Vicente Tavares de Melo	Sílvio Leite	259,78		
40	EEE Wai Grande	Tv. Raimundo Alves de Souza	Raiar do Sol	1.020,04		
41	EEE Canaã 2	Rua Nivaldo de Conceição Gutierrez	Canaã	374,16		
42	EEE Cambará	Rua Jairo de Andrade Lima	Cambará	261,20		
43	EEE Gardem	Rua Tide	Paraviana	130,33		

LOTE III - LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA

DESCRIÇÃO	SEMANAL	ANUAL	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
Locação de CAÇAMBA ESTACIONÁRIA com capacidade para armazenar 5 m ³ (cinco metros cúbicos) cada, para prestação de serviços de coletas e retiradas de lixos e entulhos inorgânicos	4	208		

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2. O Edital de licitação, a Adjudicação e a Homologação da contratação;
- 1.3.3. A Proposta da Contratada;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRORROGAÇÃO

3.1. Os prazos do contrato poderão ser prorrogados, observando-se os artigos 201 e 202 do RILC.

CLÁUSULA QUARTA - RENOVAÇÃO CONTRATUAL

4.1. Os contratos poderão ser renovados, observando-se o artigo 200 do RILC.

CLÁUSULA QUINTA - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

5.1. A gestão e fiscalização do contrato dar-se-á em conformidade ao Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos desta Companhia, por gestor e fiscal nomeados através de portaria pela autoridade competente pela contratação.

5.2. A fim de estabelecer comunicação a respeito das necessidades da Companhia e execução do contrato, a contratada, obrigatoriamente, indicará preposto devidamente procurado, aceito pela administração, mantendo o contato através apenas de e-mail e telefone institucional, nos termos do Código de Conduta desta Companhia, com disponibilidade para ser interlocutor entre as partes, que receberá as demandas e reclamações da CAER, acompanhará e fiscalizará a execução do objeto, anotará ocorrências e tomará medidas para o saneamento de eventuais falhas.

5.3. O gestor e o fiscal realizarão relatórios durante toda a execução do contrato, incluindo fotográficos, caso solicitado, para atestar a execução dos serviços realizados pela contratada dentro das condições contratuais estabelecidas.

CLÁUSULA SEXTA - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A execução dos serviços compreendem as atividades abaixo:

- a)** Roçagem manual simples: limpeza com corte baixo de plantas invasoras com a utilização de ferramentas manuais (facão, foice, estrovena, etc), com expurgo do material vegetal.
- b)** Capinação de terrenos com remoção do lixo.
- c)** Realizar manutenção do jardim, com remoção, cortes e retiradas de folhas secas das plantas, com remoção.
- d)** Proceder a remoção dos entulhos e galhadas.
- e)** Realizar poda das árvores: Poda geral para redução apical e lateral, formação, redução geral de copa, controle fitossanitário, retirada de galhos secos, levantamento de copa, desobstrução de visão de câmeras de vigilância ou de iluminação.
- f)** Controle Fitossanitário (pragas e doenças): Utilização de meios naturais, sem uso de agrotóxicos ou substâncias assemelhadas, preferencialmente com técnicas de controle mecânico mediante retirada, esmagamento e/ou podas para eliminação de partes atingidas.
- g)** No caso dos serviços de locação de caçamba estacionária, com aplicação dos insumos e mão de obras necessárias, compreendendo: fornecimento e instalação de caçamba com capacidade de carga mínima de 5 (cinco) metros cúbicos, pelo período de 07 (sete) dias, transporte da caçamba com carga de resíduos; e disposição final dos resíduos em local adequado e consoante com as legislações e normas vigentes.
- h)** Executar outros serviços compatíveis com a natureza do objeto, quando necessários.
- i)** Os serviços de limpeza e conservação dos poços, CRDs, reservatórios e estações elevatórias de esgoto serão realizados a cada 2 (dois) meses, exceto a lagoa de estabilização que serão realizados mensalmente, conforme cronograma abaixo:

ITENS	TIPO/IMÓVEL	PERÍODO
1	Poços	A cada 2 meses
2	CRD's	A cada 2 meses
3	Estações elevatórias	A cada 2 meses
4	Lagoa de Estabilização	Mensal

CLÁUSULA SÉTIMA - LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

7.1. Os serviços serão executados nas localidades dispostas na Ordem de Serviços - OS;

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O prazo de execução do serviços será de 2 (dois) dias úteis para cada imóvel.

8.2. Na hipótese de solicitação simultânea de limpeza de mais de um imóvel, a contratante deverá encaminhar a contratada cronograma de execução dos serviços, observando os prazos descritos no subitem 8.1.

8.3. Para cada serviço realizado, a contratada deverá apresentar relatório, com numeração sequencial, detalhando os serviços executados, bem como fotografias do “antes” e “depois”.

8.4. A empresa contratada para locação de caçambas estacionárias, deverá fornecer 4 (quatro) caçambas estacionárias por semana a serem colocadas em pontos pré-determinados pelo gestor do contrato e substituídas a cada 7 (sete) dias, por novas caçambas vazias para o recolhimento de novos detritos e assim sucessivamente durante toda a vigência do contrato.

CLÁUSULA NONA - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

9.1. O recebimento provisório dos serviços se dará na data da entrega dos mesmos, ou seja, dentro dos prazos estabelecidos no subitem 8.1, contados para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos, com as especificações constantes no instrumento contratual e na proposta vencedora.

9.2. O recebimento definitivo dos serviços será finalizado em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório mencionado no subitem 9.1, após a avaliação de conformidade dos mesmos com o instrumento contratual e proposta vencedora.

9.3. Não serão aceitos na entrega dos serviços que eles sejam diferentes daquelas constantes instrumento contratual e proposta vencedora. Caso os serviços sejam entregues em desacordo com o estabelecido, serão os mesmos imediatamente devolvidos, obrigando-se a contratada a refazê-los no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação a contratada, sem quaisquer ônus a contratante.

9.4. Caso o prazo definido no subitem 9.3 não seja observado, os serviços não deverão ser considerados como entregues, sendo aplicadas às penalidades previstas no instrumento contratual.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA - SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1. Não há a necessidade de promover transição contratual para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PREÇO

12.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____)

12.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

12.1.2. Quaisquer tributos, despesas diretas e indiretas e custos diretos e indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos no valor, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o(s) serviço(s) ser(em) executado(s) sem ônus adicionais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto executado, assim como deverá vir acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal, nos termos do art. 239 do RILC/CAER, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER.

13.2. As certidões exigidas e entregues deverão estar válidas na data da apresentação da nota fiscal apresentada.

13.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo dos serviços.

13.4. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - REAJUSTAMENTO DOS CONTRATOS



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

- 14.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta, em ____/____/____ (DD/MM/AAA).
- 14.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os valores iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice (*indicar o índice a ser adotado*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 14.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 14.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 14.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 14.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 14.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 14.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - REPACTUAÇÃO

- 15.1.** O valor consignado neste Termo de Contrato poderá ser repactuado, competindo CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculos e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE.
- 15.2.** A repactuação respeitará ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários execução do serviço.
- 15.3.** O interregno mínimo de (um) ano para primeira repactuação será contado:
- 15.3.1.** Para os custos relativos mão de obra, vinculados data-base da categoria profissional: partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

trabalho, vigente época da apresentação da proposta, relativo cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

15.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

15.3.3. Para os demais custos, sujeitos variação de preços do mercado: partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

15.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data do início dos efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

15.5. O prazo para CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

15.6. Caso CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

15.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, uma nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de (um) ano, contado:

15.7.1. Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

15.7.2. Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

15.7.3. Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

15.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

15.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

15.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

15.11. CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

15.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

15.12.1. Quando repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

15.12.2. Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

15.12.3. As particularidades do contrato em vigência;

15.12.4. A nova planilha com variação dos custos apresentados;

15.12.5. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

15.12.6. Índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada;

15.12.7. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

15.13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

iniciadas observando-se o seguinte:

- 15.13.1.** A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 15.13.2.** Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 15.13.3.** Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 15.14.** Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 15.15.** A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 15.16.** prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 15.17.** As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 15.18.** A CONTRATADA deverá complementar a garantia a contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para repactuação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - REVISÃO CONTRATUAL

16.1. A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro do valor do contrato pode se dar a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que presentes os seguintes requisitos:

- I** – comprovação da ocorrência de evento extraordinário, futuro e incerto capaz de desequilibrar a equação econômico-financeira;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- II** - o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira deve ter ocorrido após a apresentação da proposta;
- III** - o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira não pode decorrer de culpa do Contratado;
- IV** – o efeito econômico provocado pelo evento extraordinário sobre a equação econômico-financeira deve ser substancial, de forma a restar caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do Contratado e a retribuição devida pelo Contratante;
- V** – restar demonstrado o necessário nexo de causalidade entre o evento extraordinário e a majoração ou redução dos encargos do Contratado que justifique a necessidade de recomposição da remuneração correspondente;
- VI** – o efeito econômico provocado pelo fato extraordinário deve restar demonstrado por meio da juntada aos autos do processo administrativo de planilha de custos e formação de preços ou outros documentos capazes de atestar o desequilíbrio provocado sobre a equação econômico-financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 17.1.** Deverá fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias à realização adequada do serviço, devendo especificar os detalhes como data, hora e local de execução dos serviços.
- 17.2.** Deverá efetuar o pagamento, na forma e nas condições estabelecidas em contrato.
- 17.3.** Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA.
- 17.4.** Permitir acesso dos empregados da firma vencedora às dependências da CAER, para tratar de assunto referente ao objeto contratual.
- 17.5.** Atestar nota fiscal correspondente ao serviço.
- 17.6.** Notificar por escrito a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço, tais como, eventuais imperfeições durante sua vigência afixando prazo para sua correção.
- 17.7.** Comunicar a empresa contratada qualquer irregularidade com relação aos serviços prestados.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

17.8. Observar se durante a vigência do contrato estão sendo mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

17.9. Comunicar prontamente à Contratada toda e qualquer anormalidade verificada que interfira na execução dos serviços, a fim de que qualquer falha seja sanada em tempo hábil.

17.10. Exigir a qualquer tempo, da CONTRATADA, documentos que comprovem o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.

17.11. Exercer a fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA por servidores especialmente designados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Realizar a execução dos serviços no prazo indicado na Ordem de Execução de Serviço.

18.2. Manter preposto aceito pela Administração da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima- CAER, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre em que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional e telefone para contato.

18.3. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados, bem como todas as demais relacionadas à execução do objeto.

18.4. A Contratada orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da fiscalização, inclusive ao cumprimento das normas internas do CONTRATANTE e de Segurança e Medicina do Trabalho.

18.5. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários a perfeita execução dos serviços.

18.6. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE.

18.7. Responder pelos danos causados diretamente a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto.

18.8. Comunicar ao fiscal qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- 18.9.** Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas na licitação.
- 18.10.** Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com intuito de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado.
- 18.11.** Refazer os serviços que, a juízo da fiscal, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado em até 03 (três) dias, após o recebimento da notificação.
- 18.12.** Manter seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme.
- 18.13.** Instruir os seus empregados, quanto à preservação de acidentes e de incêndios.
- 18.14.** A CONTRATADA comunicará, verbal e imediatamente a CONTRATANTE todas as ocorrências em desacordo com o solicitado pelo telefone (95) 4009-6158, e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, comunicar por escrito, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgadas necessárias ao esclarecimento dos fatos.
- 18.15.** Informar meios de comunicação, como número de telefone, endereço de localização da empresa e endereço do e-mail no ato da assinatura do contrato, dados importantes para a responsabilização correta de cada parte, como também para facilitar o contato entre os envolvidos durante a vigência deste instrumento contratual.
- 18.16.** Apresentar na entrega da Nota Fiscal, relatórios antes e depois da execução dos serviços.
- 18.17.** Fornecer as Caçambas Estacionárias em perfeito estado de conservação.
- 18.18.** Os resíduos terão destinação final em local próprio; sob responsabilidade e custos da contratada e de acordo com a legislação vigente no município que rege o assunto.
- 18.19.** Os serviços de colocação e recolhimento das caçambas se estendem a todo local a ser determinado na sede da Companhia.
- 18.20.** É expressamente vedada, à CONTRATADA, a contratação de servidor pertencente ao quadro do pessoal da CONTRATANTE, durante a execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

- 19.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

19.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

19.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

19.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

19.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

19.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

19.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

19.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

19.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

19.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

19.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

19.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser

comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - GARANTIA DOS SERVIÇOS

20.1. A contratada é responsável pela garantia da qualidade dos serviços realizados e previstos neste Contrato. Caso sejam encontrados defeitos na execução dos serviços, serão imediatamente corrigidos pela contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - SANÇÕES

21.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

I - advertência.

II - multa moratória.

III - multa compensatória.

IV - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

21.2. As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III.

21.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER.

21.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal.

21.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

21.6. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

21.7. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

I – nas licitações em geral:

- a)** em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.
- b)** pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- c)** por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- d)** no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
- e)** no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER.
- f)** no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

21.8. Ocorrendo infração contratual apenas com a sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

21.9. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

21.10. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

21.11. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.

21.12. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

21.13. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

21.14. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

21.15. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

21.16. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

21.17. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.

21.18. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

21.19. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

21.20. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - EXTINÇÃO CONTRATUAL



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

22.1. A extinção dos contratos ocorrerá de acordo com o previsto nos artigos 247 a 249 do RILC.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

23.1. O encaminhamento de ofícios e documentos pela CONTRATADA deverá ser efetuado através do Protocolo Geral da CAER.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FONTE E RECURSOS

24.1. A execução do objeto deste Contrato, correrá à conta do recursos financeiros próprios da CAER, sob: 43010.17122010.001.029/399/001.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CASOS OMISSOS

25.1. O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Federal nº 10.406/2002, Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC e o Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

26.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 203 a 210 do RILC.

26.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do desconto inicial atualizado do contrato.

26.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do contratante.

26.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

27.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FORO



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

28.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si e seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nomeadas, que também assinam, dando-lhe, para efeitos legais.

Boa Vista - RR, _____ de _____ de 2024

PELA CONTRATANTE:

JAMES DA SILVA SERRADOR

Diretor Presidente

MÁRCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro

PELA CONTRATADA:

EMPRESA CONTRATADA



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF : _____

2. _____ CPF : _____